

Programas de Incentivo e Fundos para Empresas em Portugal (2015–2025)

Empresários em Portugal têm acesso a uma variedade de programas de incentivos e fontes de financiamento, tanto de **âmbito nacional** como **européu**, destinados a apoiar investimentos, inovação, criação de emprego e competitividade. Nos últimos 10 anos (2015–2025), destacam-se:

- **Fundos Estruturais da UE geridos em Portugal** – Ex.: os programas-quadro **Portugal 2020** (2014–2020) e **Portugal 2030** (2021–2027), que canalizam fundos europeus de coesão para empresas portuguesas.
- **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** – Plano **excecional** (Next Generation EU) para 2021–2026 com subvenções e empréstimos visando a retoma pós-pandemia e transformações estruturais ¹.
- **Programas Europeus de gestão direta** – Ex.: **Horizon 2020 / Horizon Europe** (fundos de investigação e inovação), **COSME/Single Market Programme** (competitividade das PME), **Digital Europe** (transformação digital), **LIFE** (ambiente e ação climática), entre outros, abertos à participação de empresas portuguesas.
- **Incentivos Nacionais e Fiscais** – Medidas governamentais que apoiam investimentos empresariais via benefícios fiscais (p.ex. **SIFIDE** para I&D ², **RFAI** para investimento produtivo ³) ou subsídios à contratação e empreendedorismo (p.ex. estágios **Ativar.pt** do IEFP ⁴).

A seguir, detalhamos cada um destes pilares de apoio, incluindo programas ativos (com candidaturas abertas ou previstas) e programas dos últimos 10 anos que, embora encerrados, fornecem contexto histórico relevante.

Fundos Estruturais: Portugal 2020 (2014–2020)

Portugal 2020 foi o acordo de parceria Portugal-UE para aplicação de fundos estruturais no período 2014–2020, com foco em competitividade, capital humano, inclusão social e desenvolvimento regional. No âmbito do Portugal 2020, empresas puderam candidatar-se a **sistemas de incentivos cofinanciados pelo FEDER e FSE**, principalmente através do **Programa Compete 2020** (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) e dos programas regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores, Madeira).

- **Áreas de apoio:** inovação produtiva (investimento em novas unidades ou expansão/modernização de PME), investigação e desenvolvimento tecnológico (projetos de I&D colaborativos empresa-centro de investigação), internacionalização e qualificação de PME, empreendedorismo qualificado, formação de trabalhadores, entre outros. Por exemplo, medidas como **Vale Inovação/I&D**, **Vale Internacionalização** e **Projetos Individuais de Inovação Produtiva** foram muito procuradas.
- **Resultados:** O Portugal 2020 atingiu 100% de execução financeira em 2023, mobilizando cerca de **27 mil milhões de euros** em fundos ⁵. Os incentivos empresariais tiveram grande impacto – **cerca de 29.000 empresas** beneficiaram de apoios do COMPETE 2020, absorvendo essas empresas **60% do total de incentivos atribuídos** ⁶. Adicionalmente, centenas de entidades não empresariais (universidades, centros tecnológicos, associações) foram também apoiadas em

projetos conjuntos. Este investimento contribuiu para aumentar PIB, produtividade e emprego em Portugal ⁵ ⁶ .

Contexto histórico: Antes do Portugal 2020, vigorou o **QREN (2007–2013)** com sistemas de incentivos similares. A experiência acumulada nesses programas preparou o terreno para o sucesso do PT2020. Em 2021, com o término do PT2020, houve um intervalo (designado período “Transição/REACT-EU”) antes do arranque do Portugal 2030, durante o qual algumas linhas de apoio pontuais ainda foram lançadas para assegurar continuidade.

Fundos Estruturais: Portugal 2030 (2021–2027)

O **Portugal 2030** é o atual quadro de financiamento estruturado em parceria com a Comissão Europeia, sucedendo ao PT2020. Com uma dotação de **23 mil milhões de euros** de fundos da UE para 2021–2027 ⁷ , o PT2030 apoia projetos alinhados com cinco objetivos estratégicos da União Europeia (Europa mais **inteligente, verde, conectada, social e próxima**) ⁸ .

- **Programas:** O PT2030 é implementado através de **12 programas** (4 temáticos + 5 regionais + 2 regionais autónomos + 1 assistência técnica). Destacam-se, para as empresas:
- **COMPETE 2030** – Programa temático dedicado à inovação e transição digital, sucessor do Compete 2020, concentrando grande parte dos incentivos empresariais (I&D, inovação produtiva, qualificação, internacionalização).
- **Sustentável 2030** – Programa temático para ação climática e sustentabilidade, incluindo apoios à transição energética e economia circular (empresas podem obter incentivos para descarbonização, energias renováveis, etc.).
- **Programas Regionais 2030** (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve) – Financiam investimentos regionais, incluindo apoio a PME locais em inovação, turismo, formação, etc., adaptados às estratégias regionais de especialização.
(Além destes, há programas para *Demografia/Qualificação – Pessoas 2030*; *Mar 2030 para economia do mar*; e programas das regiões autónomas *Açores 2030* e *Madeira 2030*) ⁹ .

- **Incentivos disponíveis:** Em 2023-2025, estão a ser lançados os primeiros **avisos de concurso PT2030**. Por exemplo, a primeira call de **Inovação Produtiva** no Compete 2030 disponibilizou **€400 milhões** para PME, com uma taxa de incentivo de **40% a fundo perdido** (subvenção não reembolsável) ¹⁰ . Este sistema visa apoiar investimentos empresariais inovadores (criação de novas unidades, expansão ou mudança de processo produtivo) em PME, agora com incentivo integralmente a fundo perdido (ao contrário do PT2020, que combinava fundo perdido e empréstimos) ¹¹ . Também já foram lançados avisos para **I&D em co-promoção**, **Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados** (apoios à contratação de doutorados/mestres por empresas), **Eficiência Energética** nas PME, entre outros. Conforme o **Plano Anual de Avisos**, prevê-se mais de **€3,6 mil milhões** em concursos até final de 2025 ¹² .

- **Novidades:** O PT2030 incorpora regras mais exigentes em termos de seleção e mérito dos projetos, alinhadas com políticas transversais (transição digital, transição verde, igualdade). Por exemplo, projetos de inovação produtiva agora penalizam empresas com histórico de incumprimento no PT2020 e valorizam quem demonstrou boa execução anterior ¹³ . A taxa de apoio varia conforme critérios de mérito e prioridades setoriais (setores estratégicos podem ter majorações) ¹⁴ .

Estado atual: O Acordo de Parceria PT2030 foi aprovado em julho 2022 e todos os programas operacionais foram aprovados até dezembro 2022 ¹⁵ . As estruturas de gestão estão operacionais e,

após algum atraso inicial, o ritmo de abertura de concursos está a aumentar em 2024–2025. Para acompanhar, as empresas podem consultar o **Balcão dos Fundos** (portal unificado de candidaturas) e o site Portugal2030.pt, que divulga avisos abertos e previstos.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR, 2021–2026)

Paralelamente aos fundos estruturais, Portugal beneficia do **PRR**, parte do mecanismo excecional **Next Generation EU** de resposta à pandemia. O PRR português disponibiliza cerca de **€16,6 mil milhões** (13,9 mil M€ em subvenções a fundo perdido + 2,7 mil M€ em empréstimos) a executar até 2026 ¹ ¹⁶. O objetivo é uma recuperação econômica **transformadora**, promovendo reformas e investimentos estruturais que fortaleçam a resiliência social e econômica pós-COVID ¹⁷. O plano organiza-se em **3 dimensões: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital**, desdobradas em múltiplos **componentes** temáticos com investimentos específicos.

Vários investimentos do PRR traduzem-se em **incentivos e apoios para empresas**, complementando os programas tradicionais:

- **Agendas para a Inovação Empresarial** (Componente C5 – Capitalização e Inovação Empresarial): Trata-se de um novo **sistema de incentivos** financiado pelo PRR destinado a projetos **colaborativos em grande escala**, envolvendo consórcios de empresas (incluindo PME) e entidades do sistema científico. Foram selecionadas **53 Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes**, focadas em diversificadas áreas estratégicas (indústria, saúde, agroalimentar, mobilidade, etc.) ¹⁸ ¹⁹. Essas agendas representam **€7,7 mil milhões de investimento total**, com **€2,7 mil milhões** de apoio público aprovado ²⁰ ²¹. Participam 1247 entidades – **941 empresas** (60% PME) – numa lógica de **cooperação empresa-ciência** para desenvolver novos produtos/serviços e **transformar o perfil produtivo nacional** ²² ²³. Os projetos das Agendas (a implementar até 2026) visam aumentar exportações, investimento em I&D e reduzir emissões de CO₂, contribuindo para a competitividade e resiliência da economia ²⁴. *Nota:* As Agendas Mobilizadoras envolvem consórcios grandes (investimento mínimo €50M e preferencialmente ≥10 entidades) focados em inovação disruptiva e de base tecnológica ²⁵. As **Agendas Verdes** têm formato semelhante, mas orientadas para objetivos ambientais/sustentabilidade.
- **Empresas 4.0** (Componente C16 – Transição Digital das Empresas): Sistema de incentivos PRR para acelerar a **digitalização** na economia. Inclui um conjunto de **medidas de apoio inovadoras** ²⁶ ²⁷, por exemplo:
 - **Vouchers Coaching/Transformação Digital – vales (tipicamente ~€10.000) para PME obterem consultoria e formação em transformação digital (adoção de comércio eletrónico, teletrabalho, melhoria de processos digitais)** ²⁸. Esses “Coaching 4.0”^{**} visam desenvolver competências internas nas empresas para a transição digital.
 - **“Aceleradoras de Comércio Digital”** – apoio para PMEs digitalizarem os modelos de negócio e vendas online, incluindo consultoria em e-commerce e internacionalização digital ²⁹.
 - **Vouchers Startups Digital & Green**^{**} – vales para startups incorporarem componentes digitais e verdes nos seus produtos (incentivo lançado em edições para financiar desenvolvimento de MVPs ou primeiras vendas) ³⁰.
 - **Vales Incubação/Aceleração**^{**} – apoio financeiro a startups para acesso a incubadoras ou aceleradoras tecnológicas, atualizando conhecimento e capacidades (este complemento PRR expande o antigo Vale Incubação, com montantes maiores entre €30k e €150k em certos casos) ²⁸ ³¹.

- **Digital Innovation Hubs e Certificações** – financiamento à criação de polos de inovação digital regionais (testbeds, laboratórios de IA, cibersegurança) e apoio a PMEs na obtenção de selos/certificações de cibersegurança, privacidade e usabilidade, aumentando a confiança nos negócios digitais ³².

Essas medidas do Empresas 4.0 oferecem **taxas de cofinanciamento elevadas**, variando de 15% até 100% conforme a tipologia (alguns vouchers são 100% a fundo perdido) ³³. Em certos casos o apoio é dado sob forma de **serviços gratuitos** (catálogo de serviços pré-definidos pagos diretamente a fornecedores aprovados) em vez de reembolso tradicional ³⁴. O conjunto de incentivos Empresas 4.0 tem permitido a milhares de micro e pequenas empresas iniciar a transição digital com risco reduzido. (Regulamentado pela Portaria n.º 135-A/2022, o programa contempla também ações como Rede Nacional de Test Beds para prototipagem e teste de novas tecnologias em ambiente real) ²⁶.

- **Apoio à Descarbonização da Indústria** (Componente C11 – Transição Climática): Linha de incentivos PRR para investimentos que reduzam as emissões e aumentem a eficiência energética no setor industrial. Conta com uma dotação de cerca de **€715 milhões** até 2025 ³⁵, financiando projetos em quatro domínios: *processos e tecnologias de baixo carbono, adoção de energias renováveis (por ex. instalação de painéis solares para autoconsumo), medidas de eficiência energética e substituição de combustíveis fósseis por fontes verdes* ³⁶. As empresas industriais (especialmente PME) podem obter subvenções significativas para modernizar equipamentos, instalar tecnologia mais limpa e, assim, contribuir para as metas de neutralidade carbónica. (Ex.: num aviso de 2022 desta linha, com €250M, foram apoiados projetos em várias indústrias de base para corte de CO₂ em processos produtivos) ³⁷.
- **Outros investimentos PRR para empresas**: incluem programas de **capitalização empresarial** via Banco de Fomento (fundos para reforçar capitais próprios das PME, garantir empréstimos e financiar scale-ups), incentivos **Emprego + Sustentável** (apoios financeiros às empresas que celebrem contratos permanentes, para estímulo à contratação estável), e projetos setoriais como o **Programa Turismo + Sustentável** (qualificação da oferta turística pós-pandemia) ou **Agendas/Alianças para Reindustrialização**. Várias destas iniciativas combinam reformas (p.ex. desburocratização) com fundos específicos. Vale notar que, no apoio à contratação, o PRR contribuiu para o programa **Compromisso Emprego Sustentável** lançado em 2022, que atribui às empresas um subsídio até €5.318 por cada novo contrato sem termo celebrado com desempregados (valores majorados para jovens ou interior).

Execução: Até 2025, o PRR já aprovou milhares de projetos empresariais. Em julho de 2023, ~50 contratos das Agendas Mobilizadoras já estavam assinados e **adiantamentos de €384 milhões** pagos aos consórcios ³⁸. Para acompanhar oportunidades PRR, as empresas devem estar atentas aos **convites e avisos** lançados pelos organismos intermediários (IAPMEI, ANI, Turismo de Portugal, etc.), já que o PRR opera por convites específicos e não por um balcão contínuo.

Programas Europeus de Gestão Direta (UE)

Além dos fundos estruturais e do PRR (geridos nacionalmente), as empresas portuguesas podem candidatar-se diretamente a **programas da Comissão Europeia** (geridos em Bruxelas ou por agências europeias) concorrendo com entidades de outros países. Estes programas, geralmente com enfoque temático, disponibilizam subvenções *competitivas*, frequentemente exigindo parcerias internacionais. Destacamos:

Horizonte 2020 e Horizonte Europa (I&D e Inovação)

O **Horizon 2020** (Horizonte 2020) foi o 8º Programa-Quadro de Investigação & Inovação da UE (período 2014–2020), seguido pelo atual **Horizonte Europa** (2021–2027). São **os maiores programas de financiamento de I&D da UE**, apoiando desde ciência fundamental até inovação próxima do mercado.

- **Horizonte 2020:** Teve um orçamento de cerca de **€77 mil milhões** para 2014–2020 ³⁹. Estruturou-se em três pilares – *Excelência Científica*, *Liderança Industrial*, *Desafios Societais* – financiando projetos colaborativos transnacionais, bolsas do Conselho Europeu de Investigação (ERC), ações Marie Curie, etc. Empresas (especialmente PME inovadoras) participaram em milhares de projetos, muitas vezes em consórcio com universidades e centros tecnológicos. Uma iniciativa emblemática foi o **Instrumento PME**, que concedeu subvenções faseadas a PME com inovações disruptivas (fase 1: €50k; fase 2: ~€0,5–2,5M). Várias PME portuguesas obtiveram este financiamento competitivo durante o H2020, validando as suas ideias a nível europeu.
- **Horizonte Europa:** Iniciado em 2021, é o 9º Programa-Quadro, com um orçamento recorde de **€95,5 mil milhões** ⁴⁰ ³⁹. Mantém uma estrutura em pilares: *Pilar I – Ciência de Excelência* (ERC, ações Marie Curie), *Pilar II – Desafios Globais e Competitividade Industrial* (clusters temáticos como Saúde, Digital/Indústria/Espaço, Clima/Energia&Mobilidade, etc.) e *Pilar III – Europa Inovadora* (que inclui o **Conselho Europeu de Inovação**). O programa enfatiza prioridades como transição verde e digital, e a participação de PME continua relevante (meta de pelo menos 20% do orçamento dos pilares II e III ir para PME).
- **EIC – European Innovation Council:** Criado dentro do Horizonte Europa (Pilar III) para apoiar inovações de alto risco e alto potencial, especialmente de startups e PME de base tecnológica (*deep tech*). O principal instrumento é o **EIC Accelerator**, que oferece até **€2,5 milhões em subvenção** (grant) por projeto para desenvolvimento e escalagem da inovação, *combinados* opcionalmente com **investimento de capital** (equity) do **Fundo EIC** até cerca de €10–15 milhões ⁴¹ ⁴². Esta combinação **grant + equity** é inédita em programas UE, visando apoiar startups na fase de crescimento, mantendo-as na Europa. O EIC Accelerator é extremamente competitivo – em 2023, por exemplo, apenas ~4-7% das candidaturas foram selecionadas em cada call, mas Portugal já teve várias startups contempladas (em áreas como saúde digital, novos materiais, energias limpas). Além do Accelerator, o EIC inclui o **Pathfinder** (projetos de investigação visionária, consórcios científicas+empresas) e o **Transition** (para maturar tecnologias originadas de projetos de I&D em inovações preparadas para mercado).
- **Eurostars & Eureka:** Para PME orientadas a I&D, há também o programa **Eurostars** (no âmbito da iniciativa intergovernamental Eureka, cofinanciado pela UE), que concede subvenções a projetos colaborativos liderados por PME inovadoras de pelo menos dois países. Portugal participa ativamente – as PME candidatas aprovadas recebem financiamento parcial dos seus projetos através da ANI/IAPMEI. Este instrumento existe desde antes de 2015 e continua disponível, integrando agora o Horizonte Europa (Parceria Europeia para Inovação das PME).

Participação portuguesa: A Agência Nacional de Inovação (ANI) acompanha a participação lusa no Horizonte Europa, especialmente nos pilares industriais e de inovação ⁴³. Portugal tem melhorado sua captação de fundos: em H2020 recebeu cerca de 1,5% do orçamento total, e ambiciona aumentar isso no Horizonte Europa. Empresas portuguesas, incluindo muitas PME, têm integrado consórcios europeus em setores como mobilidade elétrica, aeroespacial, TI, saúde, energia offshore, etc., beneficiando não só do financiamento como também de parcerias e acesso a conhecimento de ponta.

Programa Single Market (COSME) – Competitividade das PME

O **COSME** (2014–2020) foi o programa europeu específico para competitividade das PME, com ~€2,3 mil milhões de orçamento. Financiou iniciativas como a **Enterprise Europe Network (EEN)** (rede de apoio às PME para internacionalização e inovação), programas de intercâmbio empresarial (ex. **Erasmus for Young Entrepreneurs**), e instrumentos financeiros (garantias de empréstimo e capital de risco via Fundo Europeu de Investimento, facilitando crédito às PME). Em Portugal, milhares de PME beneficiaram indiretamente de garantias de empréstimo COSME (através de bancos locais) e de serviços de aconselhamento EEN.

Desde 2021, o COSME foi integrado no novo **Programa Single Market** (ou Programa do Mercado Único) para 2021–2027, com orçamento de cerca de **€4,2 mil milhões** ⁴⁴. Este programa unificado apoia: **competitividade das empresas e das PME, proteção do consumidor, políticas de standardização e supervisão de mercado**, e inclui também a continuação da EEN e do Erasmus para Jovens Empreendedores. Para as PME portuguesas, isso significa continuidade nos apoios à internacionalização (feiras, matchmaking), capacitação em competências de mercado interno e acesso a instrumentos de financiamento europeus. Embora a maior parte do Single Market Programme não forneça subvenções diretas às PME individuais (exceto projetos pilotos ou convites específicos, p.ex. para consórcios de clusters), ele melhora o **ecossistema** em que as PME operam e facilita o acesso a **garantias e capital** via **InvestEU** (fundo guarda-chuva de garantias da UE, sucessor do Plano Juncker).

Programa Europa Digital (Digital Europe Programme)

Lançado em 2021, o **Programa Europa Digital** é a primeira iniciativa UE dedicada a acelerar a transformação digital do continente. Com **€7,5 mil milhões** de orçamento ⁴⁵, cofinancia investimentos em **capacidades digitais estratégicas e adoção de tecnologia**. Principais áreas financiadas: **Computação de Alto Desempenho (supercomputadores), Inteligência Artificial, Cibersegurança, Competências Digitais Avançadas e Uso disseminado de tecnologias digitais na economia**. Para empresas, isto traduz-se em oportunidades de participar de projetos para criação de infraestruturas digitais (por ex., centros de computação ou de dados), desenvolvimento de soluções de IA aplicadas em setores tradicionais, e formação avançada de profissionais em TIC. Também financia a rede de **European Digital Innovation Hubs (EDIH)** – em Portugal existem vários hubs digitais regionais apoiados, que oferecem às PME testes e demonstrações de tecnologias (filosofia “*test before invest*”). As chamadas do Europa Digital costumam ser lançadas pela agência digital da CE (CINEA ou HaDEA), e empresas ou consórcios podem candidatar-se diretamente. Diferente do Horizonte Europa (foco em I&D), aqui o foco é em **implementação e escoamento de tecnologias maduras** para o mercado.

Programa LIFE (Ambiente e Ação Climática)

O **LIFE** é o programa europeu voltado para **ambiente e clima**, disponível desde os anos 1990. Na fase atual (2021–2027) tem um orçamento de cerca de **€5,4 mil milhões** ⁴⁶. Cofinancia projetos nas áreas de *natureza e biodiversidade, economia circular, mitigação e adaptação às alterações climáticas, e transição para energia limpa*. Empresas (incluindo PME) podem participar – geralmente em consórcio com autoridades locais, ONGs ou centros de investigação – desenvolvendo, por exemplo, novas soluções de reciclagem, tecnologias de energias renováveis descentralizadas, processos industriais ecoeficientes ou conservação de recursos naturais com impacto socioeconómico. O LIFE tipicamente cofinancia 55% a 60% dos custos, podendo chegar a 75% em projetos de conservação de espécies prioritárias. Para o tecido empresarial português, o LIFE tem sido oportunidade de obter apoio para demonstrar tecnologias ambientais inovadoras (p.ex. métodos de despoluição, eficiência hídrica nas indústrias, gestão de resíduos agrícolas) em ambiente real antes de escalar comercialmente.

Outros Programas Europeus relevantes

- **Erasmus+**: Embora focado em educação e juventude, também apoia **formação profissional e estágios** em outros países da UE, do qual empresas podem beneficiar ao receber estagiários estrangeiros ou enviar os seus colaboradores para formação. Inclui ainda o já citado **Erasmus para Jovens Empreendedores**, que financia estadias de novos empreendedores em empresas estabelecidas noutros países para troca de experiências.
- **Connecting Europe Facility (CEF)**: Programa para infraestruturas nos setores de transportes, energia e digital. Empresas de logística, transportadoras ou do setor energético em Portugal têm participado em projetos CEF (ex.: implantação de estações de carregamento elétrico, redes inteligentes transfronteiriças) com cofinanciamento substancial.
- **Creative Europe**: Programa de apoio às indústrias culturais e criativas (cinema, audiovisual, artes), com ~€2,4 mil milhões (2021–27). Startups portuguesas de média e gaming, por exemplo, podem candidatar-se a fundos deste programa para coproduções ou desenvolvimento de conteúdo digital cultural.
- **InvestEU**: Não é um programa de subvenções, mas um fundo de garantia da UE (2021–2027) que mobiliza investimentos de mais de €370 mil milhões através de intermediários. Via InvestEU, PME portuguesas podem aceder a **linhas de crédito com garantia europeia** (por bancos comerciais ou Banco de Fomento) e fundos de capital de risco que recebam backing europeu. Isso prolonga e expande as facilidades de financiamento do anterior Plano Juncker.

Em suma, os programas diretos da UE oferecem **grandes oportunidades** a empresas com ambição internacional, sobretudo nos domínios de tecnologia, sustentabilidade e cultura. A participação exige normalmente preparação profissional (propostas em inglês, consórcios internacionais, concorrência elevada), mas os retornos em financiamento e networking são significativos. Organismos como a ANI, GPPQ (Gabinete de Promoção do FP9/Horizonte Europa) e rede EEN Portugal prestam apoio gratuito às empresas interessadas em estas candidaturas europeias.

Incentivos Fiscais e Programas Nacionais de Apoio

Para além dos fundos provenientes da UE, o Estado português dispõe de **incentivos fiscais e programas nacionais** que têm complementado o financiamento direto, estimulando o investimento empresarial. Dentre os últimos 10 anos, salientam-se:

- **SIFIDE II (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial)** – É um benefício fiscal permanente, criado em 1997 e prolongado até 2025, que permite às empresas **deduzir do seu IRC uma parcela das despesas em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D)**. Atualmente, o SIFIDE oferece uma taxa base de **32,5%** de dedução sobre as despesas de I&D realizadas no ano fiscal, acrescida de uma taxa incremental de **50% do acréscimo** de despesa de I&D face à média dos dois anos anteriores (até €1,5M de acréscimo) ² . Na prática, uma empresa pode recuperar **até 82,5% do investimento em I&D** através de crédito fiscal ² . Despesas elegíveis incluem salários de pessoal de I&D (ponderação 120% se doutorados), contratos de investigação com entidades reconhecidas, registo de patentes, matérias-primas para projetos de R&D, entre outros ⁴⁷ ⁴⁸ . O SIFIDE tem sido crucial para **aumentar o esforço privado em I&D** – muitas empresas portuguesas, de startups tecnológicas a indústrias tradicionais, utilizam este incentivo para reduzir a fatura fiscal e reinvestir em inovação. (Exemplo: uma PME que gaste €100k em I&D num ano, sem histórico prévio, poderá deduzir €32,5k no IRC; se aumentar o investimento no ano seguinte, pode deduzir ainda mais via componente incremental).

- **RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento)** – Incentivo fiscal ao **investimento produtivo inicial** (ativo fixo novo) em empresas de certos setores (indústria, turismo e serviços específicos). Permite deduzir ao IRC **até 25% do montante investido** (até €10 milhões de investimento, e 10% na parte acima desse valor) ³, com limite de 50% da coleta em cada ano(). *Ou seja, investimentos em maquinaria, equipamentos, tecnologia ou construção de instalações industriais podem gerar créditos fiscais importantes. Por exemplo, investindo €1M numa fábrica nova no interior, a empresa poderia abater €250k do IRC devido. O excedente não utilizado pode transitar por 10 anos* ⁴⁹ ⁵⁰. *Adicionalmente, o RFAI confere isenção de IMI, IMT e Imposto de Selo** na aquisição de prédios relacionados com o investimento ⁵¹. Para beneficiar, a empresa deve manter o investimento na região por pelo menos 3 ou 5 anos (PME ou grande empresa) e, idealmente, criar postos de trabalho ⁵². Este incentivo tem impulsionado muitas expansões industriais – combinando-se inclusive com fundos Europeus (uma empresa pode acumular subsídio do PT2020/PT2030 e depois usar RFAI na parte do investimento não coberta pelo subsídio, respeitando limites de auxílios) ⁵³ ⁵⁴.
- **Benefícios Fiscais Contratuais (Contrato de Investimento)** – Para **grandes projetos de investimento** considerados de interesse estratégico (tipicamente \geq €3 ou €5 milhões, dependendo da região), o Governo pode atribuir incentivos fiscais negociados caso a caso, ao abrigo do Código Fiscal do Investimento. Estes contratos (celebrados via AICEP) podem conceder crédito de imposto adicional (até 10-15% do investimento, cumulativo com RFAI), redução de taxa de IRC ou isenções em impostos locais, em contrapartida de metas de criação de empregos e outros compromissos. Nos últimos 10 anos, várias empresas industriais automotivas, energéticas e tecnológicas firmaram contratos fiscais deste tipo, beneficiando de reduções significativas no IRC por vários anos, o que foi determinante para fixar esses investimentos em Portugal. Embora não seja um “programa aberto” comum, é um instrumento importante para atrair investimento estrangeiro e de grande escala.
- **Incentivos Fiscais Regionais** – Existem majorações de benefícios para investimentos em zonas desfavorecidas: por exemplo, empresas instaladas no **Interior do país** gozam de taxa reduzida de IRC (12,5% até €25.000 de matéria coletável) e podem ter acréscimo de dedução no RFAI. Desde 2022 há também um crédito fiscal específico para a fixação de jovens no interior e para re-localização de empresas para esses territórios (no contexto do Programa **+CO3SO Interior** e medidas do Orçamento de Estado).
- **Incentivo Fiscal à I&D Cooperativa (IFICI)** – Criado mais recentemente (2022) para complementar o SIFIDE, o IFICI permite dedução adicional de despesas de I&D realizadas em colaboração com entidades não empresariais (por exemplo, projetos feitos em parceria com universidades ao abrigo de agendas do PRR ou projetos mobilizadores). Embora menos conhecido, reforça o incentivo para colaborações ciência-empresa.
- **Incentivos à Capitalização** – O Estado lançou em 2022 medidas fiscais para estimular empresas a reforçar capitais próprios, como o **ICE (Incentivo à Capitalização das Empresas)** que permitiu deduzir no IRC uma percentagem das entradas de capital dos sócios ou retenção de lucros (benefício transitório, integrado no Plano de Recuperação Económica). Também houve o **IFR – Incentivo Fiscal à Recuperação** (crédito fiscal de 10% sobre investimentos realizados no segundo semestre de 2022) para acelerar a retoma pós-pandemia; este foi pontual, válido apenas no OE2022, mas levou muitas PME a antecipar investimentos.
- **Apoios à Contratação e Emprego (IEFP)** – Nos últimos 10 anos, o Instituto do Emprego e Formação Profissional manteve programas de **estágios profissionais subsidiados** e de **incentivos à contratação** que, embora não sejam “fundos” em sentido clássico, constituem

apoios financeiros relevantes para empresas que criam empregos. Por exemplo, o programa atual **Estágios ATIVAR.PT** (desde 2020, sucedeu aos Estágios Profissionais anteriores) apoia estágios de **9 meses** para jovens desempregados, comparticipando uma **bolsa mensal** ao estagiário (entre cerca de €660 e €1.270 conforme as habilitações) ⁵⁵, além de subsídios de alimentação e seguro. As empresas recebem do IEFP cerca de 80% desse valor da bolsa (95% se for entidade do interior ou prioridade) e em troca devem proporcionar formação em contexto de trabalho. Entre 2021 e meados de 2024, o IEFP apoiou **71.499 estágios ATIVAR**, dos quais **55% resultaram em contrato de trabalho** após conclusão ⁴ – ou seja, mais de 39 mil jovens foram contratados pelas empresas onde estagiaram, indicando o sucesso do programa na inserção laboral. Adicionalmente, se a empresa contratar sem termo o estagiário após o estágio, recebe um **Prémio Emprego** equivalente a **2 salários-base do contratado (até €2.546)** ⁵⁶ por parte do IEFP, ajudando a suportar custos iniciais. Há ainda medidas de apoio **direto à contratação** de desempregados (incluindo públicos específicos como jovens NEET, desempregados de longa duração ou pessoas com deficiência): tipicamente subsidiam entre €4.000 a €11.000 por cada contrato sem termo celebrado, escalonados conforme o perfil do contratado e obrigando a manutenção do posto por >=12 meses. Tais incentivos – renovados anualmente via Portarias (Ex.: Programa Incentivo ATIVAR, Contrato-Emprego, Emprego Sustentável) – ajudam as PME a crescer os quadros com menor risco financeiro e contribuíram para a redução do desemprego a mínimos históricos pre-pandemia.

• **Programas de Empreendedorismo e Startups** – A estratégia nacional **StartUP Portugal** (lançada em 2016) trouxe diversos apoios específicos para empresas nascentes e empreendedorismo inovador. Entre eles:

- **Startup Voucher**: Bolsas mensais (~€700) durante até 12 meses para jovens fundadores desenvolverem um projeto empresarial inovador (incluía adicional para serviços de mentoring). Centenas de empreendedores beneficiaram desta bolsa entre 2016 e 2018; uma nova edição focada na transição digital e clima foi anunciada no PRR mas de forma limitada.
- **Vale Incubação**: Vale de até **€5.000** (cofinanciado por fundos PT2020) para startups adquirirem serviços de incubação (consultoria, marketing, apoio jurídico) em incubadoras acreditadas ⁵⁷. Este apoio permitiu a muitas startups cobrir custos iniciais de instalação num hub de inovação. No PRR, esta ideia evoluiu para os *Vales Incubadora/Aceleradora* de montante superior, já referidos no Empresas 4.0.
- **Tech Visa e Startup Visa**: Programas lançados em 2018 para facilitar a atração de talento e fundadores estrangeiros. O **Startup Visa** agiliza vistos de residência para empreendedores não-EU que queiram incubar a sua startup em Portugal (exigindo avaliação do projeto e acolhimento por incubadora). O **Tech Visa** (2019-2021) certificou empresas tecnológicas portuguesas para contratarem profissionais qualificados extra-UE de forma simplificada. Estes programas não concedem dinheiro, mas são incentivos administrativos cruciais para acesso a talento global – um fator importante na estratégia de internacionalização do ecossistema.
- **Fundo 200M**: Fundo de co-investimento público lançado em 2018, dotado de €200 milhões (fundos europeus do PT2020), para coinvestir juntamente com venture capital estrangeiros em startups portuguesas em fase de escala. Este fundo (gerido inicialmente pela PME Investimentos, depois Banco Português de Fomento) visou multiplicar o investimento de VCs internacionais em Portugal, reduzindo o risco ao partilhar investimento. Embora o arranque tenha sido lento, evoluiu em 2020 para o programa **Portugal Tech** e outras linhas de coinvestimento, que até 2023 já injetaram dezenas de milhões em startups de base científica.
- **Outras iniciativas**: Prémios e concursos (por ex. **Concurso Nacional de Startups, Born from Knowledge** da ANI), plataformas de ligação a investidores (**Portugal Ventures Call** – a VC pública realiza calls temáticas para investir seed capital ~€100k-€300k em startups nacionais), programas de aceleração financiados pelo Estado (como o **Road 2 Web Summit**, que levou

startups nacionais à maior cimeira tecnológica do mundo) e incentivos fiscais para investimento em startups (p.ex. benefício fiscal para “business angels” e fundos de capital de risco que invistam em PME inovadoras, via SIFIDE e Estatuto do Investidor Informal).

Resumo: Os instrumentos nacionais – fiscais ou orçamentais – complementam os fundos europeus e muitas vezes podem ser **acumulados**. Por exemplo, uma startup de base científica pode: obter um **vale incubação** para apoio inicial, depois um **grant PT2030** para um projeto de inovação, usar **SIFIDE** para recuperar parte dos gastos de I&D, e finalmente atrair um VC que co-invista apoiado pelo **fundo 200M/Portugal Tech** – formando uma *trajetória integrada de financiamento*. Do lado das PMEs tradicionais, estas podem combinar um **incentivo PT2020/PT2030** a fundo perdido para modernização fabril, com o **RFAI** para deduzir do IRC o remanescente do investimento, e ainda recorrer a uma **linha de crédito garantida pelo Estado** (via Banco de Fomento) para cobrir o necessário – usando portanto três tipos de apoio (grant, fiscal, financeiro) no mesmo projeto.

Por fim, vale mencionar a importância de estar atento à **evolução dos programas**: muitos incentivos são temporários ou periódicos. O Portugal 2020 encerrou e deu lugar ao Portugal 2030, o PRR terminará em 2026 sem renovação prevista, e os programas fiscais podem mudar com as leis orçamentais anuais. Portanto, empresários devem consultar regularmente fontes oficiais (portal Portugal 2030, site Recuperar Portugal para PRR, Diário da República para portarias de incentivos, e entidades como IAPMEI, AICEP, ANI, IEFP) ou procurar apoio de consultores especializados, a fim de **identificar a tempo as oportunidades disponíveis** mais adequadas ao perfil e setor da sua empresa. Com o acesso informado a estes mecanismos, as empresas portuguesas – de qualquer setor ou dimensão – podem alavancar financiamento para crescer, inovar e competir nos mercados globalizados de hoje.

Fontes Utilizadas: Portugal2030.pt (informação oficial sobre PT2030) ⁹ ⁵⁸ ; InvestInPortugal/Biz in Portugal (dados PRR) ¹ ; Comunicados do Governo Português ²⁰ ²³ ; IAPMEI e ANI (descrição de programas PRR e fiscais) ²⁶ ² ; Yunit Consulting e ECO (análises e notícias sobre incentivos) ¹⁰ ⁴ ; Comissão Europeia/Europarl (dados de programas UE) ³⁹ ⁴⁶ ; entre outros. Todas as informações refletem o estado dos programas até 2025.

¹ ¹⁶ ¹⁷ PRR • Invest in Portugal

<https://bizinportugal.com/eu-funding/prr/>

² ⁴⁷ ⁴⁸ SIFIDE | ANI

<https://ani.pt/en/sifide-system-of-tax-incentives-for-business-rd/>

³ ⁴⁹ ⁵⁰ ⁵¹ ⁵² bdo.pt

[https://www.bdo.pt/getattachment/Servicos/Advisory/Incentivos/Incentivos-Fiscais/FP_RFAI_BDO-\(1\).pdf.aspx?lang=pt-PT](https://www.bdo.pt/getattachment/Servicos/Advisory/Incentivos/Incentivos-Fiscais/FP_RFAI_BDO-(1).pdf.aspx?lang=pt-PT)

⁴ ⁵⁵ ⁵⁶ 55% dos estágios apoiados pelo IEFP terminam em contratos de trabalho – ECO

<https://eco.sapo.pt/2024/08/28/55-dos-estagios-apoiados-pelo-iefp-terminam-em-contratos-de-trabalho/>

⁵ Portugal 2020 com taxa de execução de 100% no 1º trimestre de 2024

<https://www.adcoesao.pt/portugal-2020-com-taxa-de-execucao-de-100-no-1o-trimestre-de-2024/>

⁶ Microsoft Word - 20230513_Anexo I_RESUMOCIDADÃOS_pos_CD

<https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/Resumo-2022-POCI.pdf>

⁷ ⁸ ⁹ ¹⁵ ⁵⁸ O que é o Portugal 2030 - Portugal 2030

<https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>

- 10 11 13 14 **PT 2020 vs PT2030 - Inovação Produtiva: Quais as principais alterações? - Blog - Conhecimento - Conhecimento - Yunit Consulting - Consultoria e Gestão de Projetos**
<https://www.yunitconsulting.pt/pt/conhecimento/blog/pt-2020-vs-pt2030-inovacao-produtiva-quais-as-principais-alteracoes/752/>
- 12 **Homepage - Portugal 2030**
<https://portugal2030.pt/>
- 18 19 25 **IAPMEI - Página Inicial**
<https://www.iapmei.pt/Paginas/Agendas-Mobilizadoras.aspx>
- 20 21 22 23 24 38 **Agendas Mobilizadoras do PRR: 50 contratos assinados em nome da transformação da economia nacional - XXIII Governo - República Portuguesa**
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=agendas-mobilizadoras-do-prr-50-contratos-assinados-em-nome-da-transformacao-da-economia-nacional>
- 26 27 28 29 30 32 33 34 **Sistema de Incentivos “Empresas 4.0” – PRR em ação - Scope Invest**
<https://www.scopeinvest.pt/sistema-de-incentivos-empresas4-0/>
- 31 **Vales para Incubadoras e Aceleradoras - Startup Portugal**
<https://startupportugal.com/pt/programs/vales-para-incubadoras-e-aceleradoras/>
- 35 **PRR: Descarbonização da Indústria - Ayming Portugal**
<https://www.ayming.pt/plano-de-recuperacao-e-resiliencia/descarbonizacao/>
- 36 **TC-C11-i01 -Descarbonização da Indústria - Recuperar Portugal**
<https://recuperarportugal.gov.pt/transicao-climatica/descarbonizacao-da-industria/tc-c11-i01-descarbonizacao-da-industria/>
- 37 **PRR | Apoio ao investimento na descarbonização da indústria**
<https://www.bancobpi.pt/empresas/prr---apoio-ao-investimento-na-descarbonizacao-da-industria>
- 39 **Horizon Europe - Wikipedia**
https://en.wikipedia.org/wiki/Horizon_Europe
- 40 43 **HORIZON EUROPE | ANI**
<https://ani.pt/en/horizon-europe-program/>
- 41 **40 start-ups secure EIC support in latest round of the EIC Accelerator**
https://eic.ec.europa.eu/news/health-space-40-start-ups-secure-eic-support-latest-round-eic-accelerator-2025-06-30_en
- 42 **EIC Accelerator - opportunity for US business innovation projects**
<https://landing.winnovart.com/en-us/eic-accelerator-us-market>
- 44 **Single Market Program: Funding SME Growth and Innovation**
<https://talentlab.works/single-market-program-funding-sme-growth-innovation/>
- 45 **The DIGITAL Europe Programme - BayFOR**
<https://www.bayfor.org/en/eu-funding/research-funding-programmes-for-smes/the-digital-europe-digital-programme.html>
- 46 **Programa LIFE atual | Agência Portuguesa do Ambiente - APA**
<https://apambiente.pt/programa-life/pagina/programa-life-atual>
- 53 54 **RFAI o que é? como funciona? Tudo o que precisa de saber! - Blog - Conhecimento - Conhecimento - Yunit Consulting - Consultoria e Gestão de Projetos**
<https://www.yunitconsulting.pt/pt/conhecimento/blog/rfai-o-que-e-como-funciona-tudo-o-que-precisa-de-saber/1361/>
- 57 **BioBIP acreditada para prestação de serviços de incubação**
<https://www.biobip.pt/biobip-acreditada-para-prestacao-de-servicos-de-incubacao/>